

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS

VINÍCIUS FESTA RIGO

PONTUAÇÃO:
UM BREVE OLHAR DIACRÔNICO

Porto Alegre

2023

Vinícius Festa Rigo

PONTUAÇÃO:
UM BREVE OLHAR DIACRÔNICO

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Letras.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Magali Lopes Endruweit

Porto Alegre

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Rigo, Vinícius Festa
Pontuação: um breve olhar diacrônico / Vinícius
Festa Rigo. -- 2023.
47 f.
Orientadora: Magali Lopes Endruweit.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Letras, Bacharelado em Letras: Tradutor Português e
Inglês, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Sinais de pontuação. 2. História da pontuação.
3. História da escrita. 4. Gramática . 5.
Gramatização. I. Endruweit, Magali Lopes, orient. II.
Título.

Vinícius Festa Rigo

PONTUAÇÃO:
UM BREVE OLHAR DIACRÔNICO

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Letras.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Magali Lopes Endruweit

Porto Alegre, 6 de setembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Carmem Luci da Costa Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof.^a Dr.^a Juliana Roquete Schoffen
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof.^a Dr.^a Magali Lopes Endruweit
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

*Em memória da minha avó, Lydia Festa, que,
muito antes de eu aprender teoricamente o que
isso significava, já havia me mostrado que a
língua serve para viver.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, é preciso agradecer a minha mãe, Valeri; a pessoa que mais me ajudou e me incentivou a construir ficções para aproveitar ao máximo a vida, meu exemplo de determinação.

Ao meu pai, Julio, por sempre apoiar as reviravoltas da história que eu escolhi escrever, mesmo que elas tenham mudado drasticamente o rumo das histórias que idealizávamos juntos.

Aos meus irmãos, Helena e Rafael, pelo riso e pelas narrativas que sempre me lembram que a distância é só uma barreira que a gente desmonta com o gostar que tem pelo outro.

Aos meus avós, por terem misturado um pouco da língua materna deles em mim: o italiano que sempre se atravessa quando a emoção controla a enunciação.

Ao meu padrasto e a minha madrastra, Volnei e Leki, por me ajudarem desde sempre a construir a minha história.

À Nathalia, por estar há tanto tempo do meu lado construindo história. Tive sorte de ter a vida cruzada com a tua. Tu é, foi, e sempre vai ser uma das melhores interlocutoras que eu poderia ter na vida. Obrigado por ser um dos meus grandes Outros. Obrigado por estar comigo, tua presença me faz melhor.

À Juliane, que, depois de estabelecer um patamar alto de agradecimentos que eu provavelmente não vou conseguir alcançar, torna difícil registrar algo a ser agradecido aqui. Obrigado por estar do meu lado na graduação, na minha felicidade, na minha angústia, nos bons e nos não tão bons momentos da vida. Obrigado por fazer parte dessa história e por me ajudar a construir ela. Essa ficção teria sido outra se tu não tivesse feito parte dela – e com certeza não seria tão incrível quanto a que a gente construiu.

Aos meus amigos de longa data, que acompanharam – e participaram de – todas as reviravoltas da minha vida. Obrigado à equipe dos grupos de WhatsApp do *m.i.g.o.s.*, do *surto* e do *intolerantes*, e à Jules e à Laureia. Com certeza o enredo fornecido por vocês deixou a vida melhor.

À professora – e amiga – Júlia Balzan, que me incentivou a percorrer com menos medo o caminho da Letras.

Aos meus colegas e amigos da faculdade, Kadija, Aléxia, Francelle, Marina, Débora, Henrique e Ádrian, obrigado por fazerem parte dessa jornada. Sem vocês, esses anos de graduação não teriam sido os mesmos, vocês foram uma das melhores partes disso tudo.

Ao grupo que mudou os rumos da minha graduação, o Ale, a Fernanda, a Júlia e o Jonas, por todo auxílio, ensino, companheirismo e amizade. Sem vocês, a minha vida certamente teria sido diferente.

Ao grupo de pesquisa, pela parceria, por todos os momentos de reflexão e estudo, e pela relação de amizade construída.

À Felícia, pela revisão cuidadosa e detalhada deste texto, pela amizade, parceria e por todos os ensinamentos e auxílios. Eu te admiro demais, que sorte a minha te ter perto.

À Magali, pela orientação, pela parceria, pela amizade. Obrigado por me ajudar a encontrar minhas broncas, por me dar lugar para encontrar o meu desejo, por ter me pego pela mão tão cedo e me dado lugar para fazer pesquisa. Obrigado por ter se envolvido com minhas broncas tanto quanto eu, por me instigar a esmiuçar e a analisar elas, por me ensinar a amar as perguntas e a sempre duvidar das respostas. E, é claro, por sempre me lembrar que a vida é dura e dura pouco, que ela não se presta a nenhum tipo de didatismo, que a gente faz dela o que quiser que ela seja, e que, quando tudo parecer perdido, sempre vai ter um livro ou uma pesquisa para me devolver para mim. Muito obrigado por fazer parte dessa história e por me ajudar a fazer essa travessia. A vida é melhor contigo.

Por fim, à UFRGS, universidade pública, gratuita e de qualidade, que me deu a oportunidade e o apoio financeiro para desenvolver esta pesquisa ao longo do meu percurso na graduação.

*“A escansão, a pontuação é o que permite
estruturar uma frase. O que é a pontuação?*

É o tempo do outro.”

(Gennie Lemoine)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é traçar um panorama da história dos sinais de pontuação, desde o contexto histórico que propiciou o seu surgimento, até chegar à tradição gramatical, a fim de compreender como se deu a sistematização de seu uso. Para realizar essa investigação, em um primeiro momento conto um pouco da história de minha inquietude com o tema da pontuação, que serve de mote para que se construa este trabalho. Em seguida, partindo de um levantamento bibliográfico de textos que falam sobre história da escrita e da leitura, há a contextualização histórica da trajetória da escrita, em diálogo com a tradição de leitura oral, que favoreceu o surgimento dos sinais de pontuação. Depois, é o percurso dos sinais de pontuação que ganha destaque, a fim de compreender que eventos serviram de base para construir o sistema de pontuação atual. Nessa investigação, torna-se evidente que a sistematização da pontuação como a conhecemos hoje é um dos frutos do processo de gramatização, que é o tema do capítulo seguinte: o conceito de gramatização e a história da gramática. Nessa parte do trabalho, é a tradição de investigação da linguagem greco-romana que entra em foco, desde o começo da preocupação dos filósofos em compreender a natureza da linguagem, até a criação da disciplina gramatical, que serve como base para a construção das gramáticas contemporâneas, e que sistematizou o uso dos sinais de pontuação. Em seguida, a fim de analisar de que forma foi sistematizado esse uso – e, por consequência, de que forma se entende a pontuação –, faço a análise de três gramáticas normativas da língua portuguesa que utilizam diferentes orientações teóricas para balizar seus estudos. Nessa análise, desvela-se que a pontuação é, majoritariamente, compreendida unicamente como representante da fala, como sinais que recuperam na escrita as pausas e a melodia que são características da língua falada, ou como auxiliar da sintaxe, sinais que servem à clareza do texto, organizando as relações e proporções dos constituintes da frase, a fim de garantir a solidariedade sintática e semântica. Por fim, se torna evidente que a história da pontuação é, também, a história da escrita, da leitura e da gramática – mas não apenas isso.

Palavras-chave: Sinais de pontuação. História da pontuação. História da escrita. Gramática. Gramatização.

ABSTRACT

The aim of this work is to provide an overview of the history of punctuation marks, tracing their evolution from the historical context that gave rise to their existence to the grammatical tradition, in order to understand how their usage was systematized. To conduct this investigation, I initially recount my personal interest in punctuation as a starting point for constructing this study. Subsequently, based on a literature review of texts discussing the history of writing and reading, there is a historical contextualization of the trajectory of writing, in dialogue with the tradition of oral reading, which facilitated the advent of punctuation marks. Next, the journey of punctuation marks becomes the main topic with the aim to understand the events that served as the foundation for constructing the current punctuation system. Throughout this investigation, it becomes evident that the systematization of punctuation as we know it is one of the outcomes of the process of *grammatisation*, which is the subject of the following chapter: the concept of *grammatisation* and the history of grammar. In this section of the work, the focus shifts to the tradition of Greco-Roman linguistic investigation, spanning from the philosophers' early concerns about comprehending the nature of language to the establishment of grammatical discipline, which serves as the basis for contemporary grammar construction and the systematization of punctuation mark usage. Subsequently, to analyze how this usage was systematized – and consequently, how punctuation is understood – an examination is conducted on three normative grammars of the Portuguese language that employ different theoretical frameworks to guide their studies. Through this analysis, it is revealed that punctuation is predominantly understood either as a representation of speech, as marks that replicate in writing the pauses and melody inherent to spoken language, or as aids to syntax – marks that contribute to the clarity of the text by organizing the relationships and proportions of sentence constituents, ensuring syntactic and semantic coherence. Ultimately, it becomes evident that the history of punctuation is also the history of writing, reading, and grammar – but not solely that.

Keywords: Punctuation marks. History of punctuation. History of writing. Grammar. *Grammatisation*.

SUMÁRIO

1	A BRONCA COM A PONTUAÇÃO – OU A CONSTRUÇÃO DE UMA PESQUISA.....	11
2	A PONTUAÇÃO: UMA HISTÓRIA.....	16
2.1	UMA BREVE HISTÓRIA DA ESCRITA E DA TRADIÇÃO ORAL	17
2.2	O SURGIMENTO DA PONTUAÇÃO – OU UMA HISTÓRIA DA LEITURA	19
2.3	A SISTEMATIZAÇÃO DA PONTUAÇÃO.....	21
3	O PROCESSO DE GRAMATIZAÇÃO.....	24
3.1	UMA BREVE HISTÓRIA DA GRAMÁTICA	25
3.1.1	A filosofia e a retórica	25
3.1.2	A filologia e a gramática	27
3.2	A GRAMÁTICA HOJE	29
4	A PERSPECTIVA GRAMATICAL SOBRE A PONTUAÇÃO.....	32
4.1	CUNHA E CINTRA: A GRAMÁTICA PELA ÓTICA ESTRUTURALISTA	33
4.2	BECHARA: A GRAMÁTICA FUNCIONALISTA	35
4.3	LUFT: O GERATIVISMO EM PERSPECTIVA.....	36
4.4	PONTUAÇÃO: UMA ANÁLISE POSSÍVEL	38
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
	REFERÊNCIAS	44

1 A BRONCA COM A PONTUAÇÃO – OU A CONSTRUÇÃO DE UMA PESQUISA

“Não há frase sem pontuação, ainda que ela venha oculta, porque a respiração a obriga.”
(Alexandre Passos)

Eu respirava demais quando eu era criança. Ou ao menos foi isso que a minha professora da quinta série me falou enquanto devolvia o meu texto de relato sobre as férias escolares, com quase todas as vírgulas e pontos riscados.

Lembro de ter ficado um pouco confuso com a frase no início, mas o “tu respira demais” passou a fazer mais sentido depois que eu cheguei em casa e conversei com minha mãe. Naquela noite, ela se sentou comigo na mesa da cozinha e repassou o conteúdo sobre pontuação que a professora tinha ensinado. Nas fichas e nos exercícios, as explicações eram bem concisas, acredito que para tornar mais fácil à criança o entendimento da função dos sinais de pontuação; segundo o material, a pontuação servia para marcar no texto as pausas para respirar que precisamos fazer enquanto lemos, as mesmas pausas que fazemos para respirar enquanto falamos.

Com base naquilo, fazia sentido a frase de que eu respirava demais. Se a pontuação era o sinal que demarcava a respiração, e se as minhas vírgulas e os meus pontos estavam marcados na folha do texto como errados porque estavam em excesso, só havia uma conclusão possível.

No ano em que eu entrei na quarta série do ensino fundamental, eu descobri, por dedução, que tinha problemas respiratórios.

E a dedução parecia fazer muito sentido: eu sempre usei mais pontuações do que meus colegas usavam. Enquanto os parágrafos dos textos dos meus amigos sempre pareceram em harmonia, quase como se as linhas fossem calculadas para dar o mesmo número em cada parágrafo, o meu texto parecia o extremo oposto da simetria. Alguns parágrafos dos meus textos eram longos demais, extremamente marcados por várias vírgulas, com frases enormes; outros tinham apenas duas palavras. Ou até uma.

Alguns anos se passaram e eu acho que minha respiração foi começando a ficar mais adequada – ou talvez nunca tenha sido realmente um problema respiratório. Com o avanço das séries escolares e com o aprofundamento do estudo da pontuação nas aulas de português, os meus textos já não vinham mais todos riscados como aquele das férias, mas sempre tinham diversos apontamentos sobre uso indevido de sinais de pontuação. “Ponto não necessário, pode continuar a frase” e “cuidar com o excesso de vírgulas desse parágrafo” se tornaram as frases de marca registrada dos meus textos. O que de certa forma não era um problema no ensino

fundamental, mas que passou a ser motivo de ansiedade com a proximidade do vestibular: a pontuação indevida acarretava redução da nota do meu texto, e o texto era uma nota muito importante.

No fundo eu achava um pouco estranho. No ensino médio, atendendo aos requisitos do que seria cobrado no concurso vestibular, o ensino da pontuação parecia ser estruturado sob dois pilares bem firmes: a pontuação serve para demarcar as pausas para respirar; existem algumas regras sobre uso dos sinais que devem ser respeitadas. Mas as regras sintáticas pareciam bem simples: eu não separava o sujeito do predicado, o aposto era identificado pelas vírgulas para não se confundir com a ideia principal da frase, e os vocativos sempre eram separados do restante da frase. E eu também tinha quase certeza de que precisava de uma pausa toda vez que colocava uma pontuação no texto. Mas os bilhetes continuavam, o uso inadequado continuava; e eu continuava sem entender de onde vinha a inadequação quando as regras eram respeitadas.

Depois de muito pedir explicações sobre o porquê dos apontamentos nos textos, eu passei a comprar as justificativas dos meus professores, afinal, elas eram sempre as mesmas: excesso. Aceitei a justificativa não porque ela me parecia fazer sentido, mas porque eu internalizei o conceito de tanto ouvir a mesma frase sendo repetida; talvez pontuar fosse sempre ser o meu ponto mais fraco da escrita, o lugar em que eu mais iria pecar. Mas, quando eu entrei na Letras, a minha inquietude voltou: talvez eu finalmente tivesse as respostas para as minhas perguntas, talvez eu finalmente parasse de usar indevidamente os sinais de pontuação.

Assim eu cheguei na Letras: com a esperança de aprender e entender o que nunca tinha entendido. Quatro anos se passaram desde que eu entrei na primeira aula que eu tive da graduação, e eu lembro de ter entrado na sala quase que com a certeza de que lá tudo seria esclarecido, de que minhas dúvidas teriam respostas, respostas diferentes do comum excesso ao qual eu estava acostumado. Mais do que respostas, talvez eu quisesse explicações: excesso talvez até bastasse, mas ele precisava de uma explicação.

Agora, ao fim do curso de graduação em Letras, com a bagagem linguística que a faculdade me deu, me pego pensando sobre o texto das férias que eu escrevi na quarta série. É desse pensar e do questionar que surge este trabalho.

Vendo em retrospectiva, acredito que aquele relato tenha tido algumas pontuações que realmente eram inadequadas; talvez alguns sujeitos tenham sido separados do predicado, adversativas não tenham sido precedidas de vírgulas e eu tenha criado vocativos que não existiam. Mas me pego pensando e me questionando se todas aquelas marcas e riscos em vermelho na folha eram realmente necessários.

Na infância eu tinha uma bronca com a pontuação: eu não entendia muito bem como ela funcionava, ou para que ela servia; eu acreditava que não sabia pontuar. Eu entrei na graduação com a esperança de encontrar respostas e explicações, e eu até tive algumas. Mas ao contrário do que eu pensava, eu não tive todas as respostas ao longo do curso; na verdade, foi bem o oposto disso: na faculdade, muito mais do que aprender as respostas, eu aprendi a fazer perguntas.

Ao longo da formação acadêmica, meus professores me instigaram a duvidar, a questionar mesmo que as perguntas não tenham respostas, mesmo que elas sejam óbvias, porque, como nos ensina Émile Benveniste (2020, p. 281), às vezes é útil pedir ao óbvio que se justifique. É da busca pela justificativa da resposta do uso excessivo que este trabalho surge.

Talvez, para começar a entender essa resposta, seja útil pedir à história e à tradição gramatical que justifique seu entendimento acerca dos sinais de pontuação. Começemos, então, pela história.

O que segue esse relato inicial e que se desmembrará ao longo do trabalho é uma pesquisa de revisão bibliográfica de caráter exploratório. Através de uma investigação diacrônica, este trabalho tem por objetivo compor uma história da pontuação, partindo da tradição de leitura oral até chegar à tradição gramatical, a fim de compreender como se deu a sistematização de uso dos sinais de pontuação.

Para dar início a essa jornada, descrevo brevemente a história da escrita e da leitura, pois acredito que não haveria como tratar de pontuação sem tratar, primeiramente, do sistema que ela integra e da tradição de leitura na qual ela está inserida. Esse é o primeiro foco do segundo capítulo: o contexto da escrita e da leitura que favoreceu o surgimento dos sinais de pontuação. Para compor esta parte do estudo, foram selecionadas obras de alguns autores que se dedicaram a analisar o percurso da escrita visto de uma perspectiva histórica, tais como: *História da escrita* (2009), de Steven Roger Fischer, e *História concisa da escrita* (2003), de Charles Higounet. Além disso, ao passo que a história da escrita e a história da leitura estão imbricadas, também foram incluídas nessa investigação alguns livros que retratam um panorama da história da leitura através dos séculos; são eles: *História da leitura* (2006), de Steven Roger Fischer; *Uma história da leitura* (1997), de Alberto Manguel; e *História da leitura no mundo ocidental – vol. I* (1998), de Guglielmo Cavallo e Roger Chartier.

Em seguida, a discussão se volta especificamente à pontuação: como ela surgiu e como foi o percurso dos sinais de pontuação na escrita até o processo de gramatização. Para essa parte do trabalho, foram selecionados alguns autores que já contribuíram em muito para os estudos acadêmicos acerca dos sinais de pontuação; dentre esse conjunto de autores estão: Marisa

Magnus Smith (1991, 1998, 2006), que dedicou seus estudos a um olhar pela perspectiva funcionalista dos sinais de pontuação; Véronique Dahlet (2006), que trata do contexto histórico-cultural da pontuação; Alexandre Passos (1943), que compôs um estudo aprofundado com notações sintáticas sobre o ato de pontuar; Maria Rosa Costa (1994), que dedica uma parte de seu livro sobre pontuação a situar historicamente o seu contexto de surgimento; Iúta Lerche Vieira Rocha (1997), que investiga a trajetória da pontuação no mundo ocidental; Terezinha Kuhn Junkes (1995), com sua tese dedicada à trajetória da pontuação até chegar em uma perspectiva discursiva; e Ana Cristina de Aguiar Bernardes (2002), que se propõe a investigar os sinais de pontuação desfocando da perspectiva normativa, entendendo-os como uma questão estilística.

Uma vez que a pontuação, por mais que já utilizada, ainda carece de uma sistematização efetiva, que só viria a acontecer após o processo de gramatização, é à gramática que se dedica o terceiro capítulo deste estudo. Inicialmente, partindo do trabalho do epistemólogo Sylvain Auroux (2009), apresento o conceito de gramatização; depois, o foco do capítulo se volta a investigar a história da gramática, fazendo uma recuperação do começo da tradição dos estudos gramaticais, da filosofia e da retórica grega até o primoroso trabalho dos filólogos alexandrinos, que lançam as bases para que a disciplina da gramática possa surgir. Para retratar esse período histórico, utilizo como base: o livro de Marli Quadros Leite (2007), que trata do nascimento da gramática portuguesa; o trabalho de Rosa Virgínia Mattos e Silva (2000), que discute acerca da tradição gramatical e da gramática tradicional; o texto de Carlos Alberto Faraco (2008), que trata da questão gramatical e do ensino de língua portuguesa, fazendo um adendo ao contexto de surgimento da disciplina da gramática; e o texto de Carlos Alberto Faraco e Ana Maria Zilles (2014), no qual os autores discutem sobre as questões de norma, prescrição e descrição, contextualizando historicamente o surgimento dessas noções.

Em seguida, discuto o conceito de gramática e algumas de suas definições possíveis, sendo elas: gramática normativa, internalizada e descritiva. Para fundamentar essa discussão, tomo como base o trabalho de Mario Perini (2006), em seu texto que tem por objetivo situar o lugar da disciplina gramatical; de Carlos Franchi (2006), que se ocupa em esmiuçar os diferentes conceitos de gramática; e de Marli Quadros Leite (2014), que colabora com a conceitualização do que concerne aos estudos gramaticais, em meio à história da constituição desse campo do saber.

Após a contextualização histórica da gramática como uma disciplina que influenciou a sistematização da pontuação, no quarto capítulo, a investigação retorna aos sinais de pontuação, a fim de averiguar de que forma diferentes gramáticas normativas da língua portuguesa tratam

desse objeto de estudo. Nesta análise, visando compor um panorama dos diferentes olhares que são direcionados à pontuação pela tradição gramatical, selecionei três gramáticas de língua portuguesa pensando em dar lugar a diferentes visões teóricas que balizam o fazer dos gramáticos – muito embora nem sempre essa filiação teórica seja facilmente identificada, por vezes sendo mais deduzida do que explicitamente declarada. Para isso, a *Nova gramática do português contemporâneo* (2016), de Celso Cunha e Lindley Cintra, foi selecionada como representante da orientação teórica estruturalista; o trabalho de Evanildo Bechara (2019), a *Moderna gramática portuguesa* (2019), é representativo da corrente funcionalista; e a *Moderna gramática brasileira* (1985), de Celso Pedro Luft, embasa as análises da pontuação vista pela ótica gerativista. Através das análises, busco desvelar como as gramáticas tratam do ato de pontuar, e, por consequência, o que entendem por pontuação. Na sequência, além de uma síntese da perspectiva da gramática normativa sobre os sinais de pontuação, faço um contraponto com novas perspectivas de estudo desses sinais que vêm sendo desenvolvidas no meio acadêmico.

Por fim, nas considerações finais faço a síntese de *uma* história da pontuação que foi investigada ao longo deste trabalho. Refiro-me a *uma* história pois acredito que, se essa investigação fosse realizada por outra pessoa, partindo de um ponto de vista diferente, de uma seleção bibliográfica diferente, os resultados apontariam para outra história, que pode dialogar com a que será esboçada neste trabalho, mas, certamente, já não seria mais a mesma. Aqui, tomando como ponto inicial a efervescência da tradição de leitura oral, a pontuação parece surgir com preocupações que concernem às questões de sentido e interpretação; após os desdobramentos históricos da gramatização, no entanto, este mesmo objeto parece ocupar outro patamar – o representacional e o sintático.

2 A PONTUAÇÃO: UMA HISTÓRIA

“A pontuação está aí para indicar o caminho.”
(Noah Lukeman)

A história dos sinais de pontuação não parece ter sido muito investigada no escopo da língua portuguesa brasileira. Pode-se dizer que há, de certa forma, uma lacuna nos estudos historiográficos sobre pontuação: há pouco material que trate desse assunto, e os que estão disponíveis, ainda assim, muitas vezes o fazem de forma breve. Na busca por materiais que tratassem dos aspectos históricos desse tema, infelizmente não encontrei algum que se aprofundasse na história da pontuação; acredito que, em partes, isso se deve à dificuldade de entrar em contato com os materiais que remontem à época em que as primeiras marcas surgiram nos escritos.

Por conta disso, uma parte da concentração de conteúdos sobre as origens da pontuação disponíveis hoje em língua portuguesa vem de livros dedicados à história da escrita e da leitura. Charles Higounet, por exemplo, em *História concisa da escrita* (2003), discorre brevemente sobre os sinais de pontuação quando trata de outros sinais auxiliares ao sistema da escrita – como é o caso dos números. A discussão do autor, no entanto, acaba por se resumir a breves páginas que apontam para a ideia de que a pontuação foi uma aquisição tardia em relação à escrita, fixada no século XVI (Higounet, 2003, p. 155). Essa menção ao assunto é breve, mas de certa forma é uma escolha segura para se tratar de um assunto cujas origens ainda parecem ser tão nebulosas.

Mas há aqueles que se arriscam mais no assunto. Esse é o caso do linguista Steven Roger Fischer, que, em seus trabalhos acerca da história da leitura e da escrita, publicados em português respectivamente em 2006 e em 2009, aborda o assunto dos sinais de pontuação em meio aos contextos de cada fase da história dos escritos. Uma atitude similar pode ser observada em *Uma história da leitura*, de Alberto Manguel (1997); na obra, há uma preocupação do autor em contextualizar o fenômeno da pontuação em meio aos processos de leitura.

Além das obras que tratam sobre leitura e escrita, há, ainda, trabalhos acadêmicos de pesquisadores que têm se dedicado a investigar mais a fundo os aspectos históricos da pontuação. Esse é o caso da pesquisadora Marisa Magnus Smith, que, em sua dissertação de mestrado, olha para os sinais de pontuação partindo da ideia de que eles surgiram por uma questão de leitura, e defende que, hoje em dia, é pela mesma questão que se dá a sua importância.

Tendo em vista que os materiais que abordam o assunto da pontuação estão, de uma forma ou outra, ligados à história da escrita e da leitura, penso que falar sobre a complexa história dos sinais de pontuação implica falar, ao menos brevemente, sobre o sistema que ela integra, a escrita, e sobre as práticas de leitura.

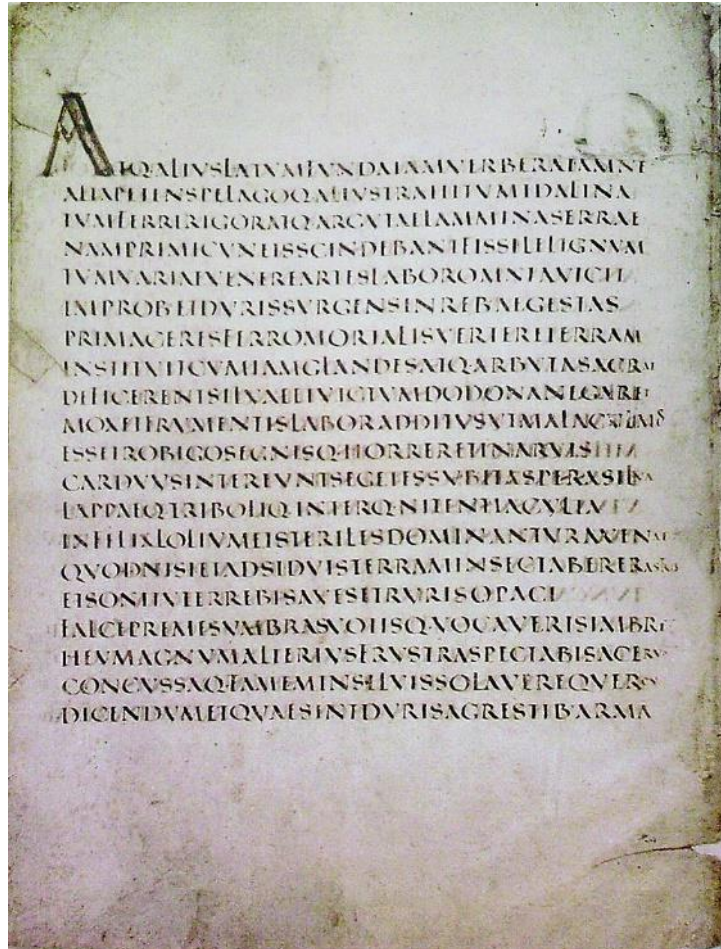
2.1 UMA BREVE HISTÓRIA DA ESCRITA E DA TRADIÇÃO ORAL

De acordo com Fischer (2009, p. 9), em sua obra *História da escrita*, “todas as sociedades modernas se apoiam nas bases da escrita”. Talvez essa citação seja uma boa forma de sintetizar o trabalho ao qual o linguista se dedica: entender a história para chegar até as sociedades modernas. Em seu livro, Fischer traça um panorama das diferentes fases da escrita, passando pelo que chama de escrita incompleta, mais conhecida como escrita pictórica ou ideográfica – que se valem de símbolos e imagens grafotécnicas registradas em argila ou outros materiais – até chegar na escrita completa, que hoje seria o mais próximo do que entendemos como escrita alfabética, desenvolvida pelos escribas e que se caracteriza pela ordenação sistemática do som e do símbolo. De acordo com Fischer (2009, p. 30), os símbolos gráficos só viriam a serem entendidos como sinais que são pertencentes a um sistema de escrita quando o valor fonético do símbolo superasse o seu valor semântico: na fase alfabética.

É da fase alfabética da escrita que este trabalho se ocupa, pois é ela o pilar das práticas de leitura, e é nela que surgem os primeiros sinais de pontuação.

De acordo com Smith (1991, p. 23), os primeiros documentos escritos – que estão inseridos na fase alfabética da escrita – datam de alguns séculos antes de Cristo. Os registros contidos nesses documentos, no entanto, são de escrita muito diferente da forma como a conhecemos hoje. Segundo os estudos de Fischer (2006, p. 44) e de Manguel (1997, p. 64), muito antes de tomar a forma que conhecemos, a escrita era contínua; não havia espaçamentos nem demarcações de parágrafos – e, é claro, não havia pontuações. A essa forma de se escrever se dá o nome de *scriptio continua*, termo em latim que, traduzido, significa “escrita contínua”. A figura a seguir ilustra como seria um texto redigido naquela época.

Figura 1 – Scriptio continua



Fonte: Gargioni (2018)

Esse registro de escrita, essa forma de escrever continuamente, tem suas raízes na tradição de leitura oral.

Durante uma boa parte da Idade Média, havia uma baixa parcela de pessoas que sabiam ler; sendo assim, a prática de leitura pública se tornou comum. Segundo os estudos de Manguel (1997, p. 64), nesse formato de leitura, a audiência era convidada a prestar ouvidos às histórias, a escutar narrativas. Esse período ficaria conhecido como “o mundo da oratória, do desempenho oral”, que era regido por “critérios completamente diferentes dos da ‘leitura’ como a conhecemos hoje” (Fischer, 2006, p. 53).

No mundo da tradição da leitura oral, os escritos eram redigidos tendo como vislumbre o ato da leitura em voz alta. Dessa forma, de acordo com Manguel (1997, p. 64), sendo os livros “principalmente lidos em voz alta, as letras que os compunham não precisavam ser separadas em unidades fonéticas; bastava amarrá-las juntas em frases contínuas”. Pressupondo-se que os leitores apenas escutariam os textos, não havia por que delegar à escrita o trabalho de separação que a leitura em voz alta, por si só, faria, uma vez que “o ato físico da leitura em voz alta

desmembra o texto em suas características básicas, concedendo significado para a língua, enquanto não há um significado evidente para os olhos” (Fischer, 2006, p. 44).

Ao colocar o contexto da tradição oral em perspectiva, pode-se dizer que era papel da voz imprimir significado à *scriptio continua*, o que permitia “ao ouvido desembaralhar o que ao olho parecia uma linha contínua de signos” (Manguel, 1997, p. 64). Essa forma de redigir textos tão tradicional da época viria a sofrer mudanças somente mais tarde, quando, ao buscar maior legibilidade, os copistas viriam a se preocupar com os espaçamentos entre as palavras.

2.2 O SURGIMENTO DA PONTUAÇÃO – OU UMA HISTÓRIA DA LEITURA

Como se pode observar na breve história esboçada anteriormente, e em alinhamento com os estudos de Rocha (1997) e Smith (2006), os primeiros registros das manifestações de segmentação e de marcas no texto – que podem ser entendidas como sinais de pontuação – datam de muitos séculos após a invenção da escrita.

Tradicionalmente, atribui-se os primórdios da pontuação aos tempos da Biblioteca de Alexandria. De acordo com Costa (1994, p. 13), fazendo referência aos estudos de Nina Catach, a pontuação tem início com Zenódoto de Éfeso (320-240 a.C.), o então responsável pela Biblioteca, que, ainda na época da escrita contínua, começa a inserir espaçamentos entre as cópias de textos de diferentes autores. Contudo, Marisa Smith (1991, p. 24) aponta que alguns registros de documentos anteriores ao século II a.C., anteriores à Biblioteca de Alexandria, já “apresentam frases divididas por meio de sinais, muitas vezes pontos dispostos de várias formas, losangos, folhagens, ramos, corações”. Dessa época, no entanto, pode-se depreender que, tanto pela parte de Zenódoto de Éfeso quanto pelos registros anteriores a ele, a pontuação parece se apresentar com o mesmo objetivo: o de ordenar leituras.

Mais tarde, Aristófanos de Bizâncio (200 a.C.), diretor da Biblioteca de Alexandria, vem a ser o responsável pela invenção do que se pode entender como um sistema de pontuação (Fischer, 2009, p. 230). Nesse sistema proposto por Aristófanos, a marcação era feita por pontos: o alto, o médio e o baixo. O ponto localizado no alto, também chamado de *ponto perfetio*, era colocado na extremidade superior da última palavra, a fim de demarcar uma interrupção total, a conclusão de um sentido. O ponto médio, marcado na meia altura da última letra, marcava uma suspensão breve; o ponto baixo, também chamado de *sub-ponto* por sua vez, era marcado na linha, na extremidade inferior da última palavra, e indicava suspensão de uma frase entre outra, a pausa entre duas unidades de sentido. Estima-se que, hoje, esses sinais correspondam

respectivamente ao ponto, à vírgula e aos dois-pontos (Fischer, 2009, p. 230; Passos, 1943, p. 16).

Esse sistema de pontuação criado por Aristófanes, no entanto, não foi amplamente aderido. Como aponta Smith (1998, p. 9), em tempos de escrita contínua e da tradição oral, as marcas que indicavam a leitura dos textos não eram definidas pelo redator dos manuscritos; essa tarefa era atribuída ao leitor. Era o leitor, e não o autor, o responsável por recuperar os sentidos dos textos e, a partir disso, fazer as marcações (Smith, 1998, p. 8-9). Sendo dessa forma, é evidente que haveria uma flutuação nas formas de marcações; cada leitor imprimia sua subjetividade¹ à leitura, seu estilo, fazendo marcações a partir de seu próprio ritmo, de seu próprio entendimento dos escritos. Cada leitor imprimia a sua interpretação.

A necessidade de sistematização das marcações só viria a acontecer muito tempo depois, com a busca de uma maior leituralidade dos textos (Smith, 2006, p. 90), ou seja, com a preocupação em facilitar o processo de leitura para que mais pessoas tivessem acesso aos escritos. Como apontam Cavallo e Chartier (1998, p. 54-55) no primeiro volume de *História da leitura no mundo ocidental*, a leitura era uma prática muito restrita, e isso se dava ao fato de que a ausência de intervalos nos escritos tornava a tarefa de compreensão da língua extremamente difícil ao leitor que tinha contato com a leitura somente de maneira esporádica. A escrita contínua se mostrava como um obstáculo técnico para que a leitura se desenvolvesse de forma mais ampla.

No início do século V d.C., a fim de auxiliar no processo de leitura em voz alta dos que tinham menos prática, os escribas começaram a usar um método de escrita conhecido por *per cola et commata* – “por orações e frases” (Fischer, 2006, p. 44). De acordo com Manguel (1997, p. 65), essa segmentação do texto pode ser entendida como uma manifestação primitiva da pontuação, um modo de escrita que fragmentava o texto em diferentes unidades de sentido a fim de auxiliar na condução da leitura.

A partir disso, pode-se depreender que a história do surgimento da pontuação – que aqui compreende também a segmentação do texto – parte da história da leitura. As discussões sobre qual era a real finalidade da pontuação na época são um tanto quanto controversas: alguns autores, como Rocha (1997, p. 2), sugerem que a pontuação tenha “surgido com a função

¹ Tomo aqui emprestado o conceito de subjetividade, central na Linguística da Enunciação de Émile Benveniste, para me referir à apropriação da língua escrita pelo leitor. Ao fazer a leitura em voz alta do texto escrito, conduzindo o texto a seu próprio ritmo, o leitor conduz o sentido do texto através da voz, interferindo e definindo as nuances de sentido que serão transmitidas aos ouvintes. Dessa forma, o leitor se apropria do texto, da língua escrita, e se enuncia, tornando-se sujeito.

primordial de ‘indicar pausas para respirar’ durante a leitura em voz alta”; outros, como é o caso de Smith (2006, p. 89-90), defendem que o papel da pontuação era o de orientar leituras.

Tendo em vista os materiais bibliográficos consultados que tratam do contexto em que a pontuação começa a ser esboçada, e o percurso traçado até aqui, acredito que a segunda hipótese amplia o entendimento do papel da pontuação. De acordo com Smith (1998, p. 11):

Não se tratava, mesmo nos primórdios da escrita, de pontuar o texto para *reproduzir a fala*, mas sim *marcar a oralização da leitura* (procedimentos, aliás, bastante distintos). Aceito esse pressuposto, aceita-se consequentemente que a pontuação é uma *realização da escrita, e não um traço da fala*.

Mesmo que seu surgimento se insira no contexto da tradição da leitura oral, atribuir à pontuação unicamente o papel de designar marcas de uma necessidade física não parece dar conta do efeito que tem na leitura. De acordo com Manguel (1997, p. 66), o começo da tradição da leitura silenciosa também foi facilitado pelos sinais de pontuação, uma vez que os espaçamentos incorporados à escrita dos textos simplificaram o processo da leitura que não era oralizada.

Tendo em vista esses aspectos, por mais que o surgimento da pontuação date da tradição oral, ela desempenhou um papel maior do que unicamente indicar marcas para o leitor respirar enquanto lia em voz alta. A pontuação surge para orientar leituras, indicar ênfases e pausas que contribuem para a construção de significados durante o processamento do texto. Mais do que unicamente uma marca gráfica para indicar em que momento o leitor deve respirar, a pontuação surge como auxiliar da construção de sentido.

2.3 A SISTEMATIZAÇÃO DA PONTUAÇÃO

Tendo surgido as primeiras marcas de pontuação, foi questão de tempo até outras mais específicas começarem a ser adotadas na escrita. O sistema de pontos em localidades diferentes criado por Aristófanes de Bizâncio deixa de ser o único, pois, quando os copistas se interessam pelo processo de facilitação da leitura, a vírgula, os dois-pontos e o ponto e vírgula começam a ser adotados na escrita; mais tarde, surgem os pontos de interrogação e exclamação, as aspas e as reticências (Smith, 1991, p. 25).

O esboço de uma sistematização desses sinais que estavam começando a integrar a escrita, no entanto, só viria a acontecer um tempo depois. De acordo com Smith (1991, p. 24), o espaço para separar as palavras, o espaço branco funcional, viria se tornar frequente por volta do século VI d.C., mesmo que o método de escrita *per cola et commata* já tivesse sido adotado

no século anterior. Atribui-se aos copistas irlandeses a sistematização da separação entre as palavras; quanto aos sinais de pontuação, estima-se que o advento da imprensa – em meados da Idade Média, por volta do século VIII – tenha sido fundamental para sua sistematização (Smith, 1998, p. 9).

Sobre o surgimento da imprensa, Bernardes (2002, p. 28-29) aponta que esse evento,

no século XV, representa uma mudança crucial no rumo da escrita, gerando grandes transformações no processo de elaboração e circulação do texto: sua difusão para além dos domínios de uma elite de leitores criou o que Souchier chama de “leitorado”, ou seja, uma classe de pessoas que passa a ter acesso à leitura, expandindo-se assim o espaço de circulação do material escrito e, conseqüentemente, de sua influência.

Tendo aumentado a influência dos escritos e o seu alcance, faz-se necessário começar um movimento de padronização do material, a fim de minimizar o máximo possível as ambigüidades que poderiam surgir na leitura e conter a multiplicidade de significados (Bernardes, 2002, p. 29). Assim, os sinais de pontuação começam a ser alocados nos textos; a colocação, contudo, era feita pelos editores dos textos, o que fazia, como defende Junkes (1995), com que o seu uso fosse ainda muito arbitrário.

Em consonância com os estudos de Ferreiro (1997, p. 280), essa arbitrariedade se deve ao fato de que cada editor, cada um dos responsáveis pelo livro, tinha concepções próprias sobre ortografia e pontuação; tendo isso em vista, se tornava natural que o uso dos sinais de pontuação se mantivesse flutuante: o estilo era do editor, era sua interpretação que era impressa aos textos. Cada editor fazia suas próprias marcas, imprimia marcas de sua singularidade, marcas de seu próprio entendimento; é por conta dessa flutuação que, mesmo nos documentos que datam do século XVI, “as regras existentes de pontuação não eram ainda universalmente observadas” (Passos, 1943, p. 18).

Atribui-se à imprensa o início de uma preocupação em sistematizar a pontuação porque, como aponta Bernardes (2002, p. 29), com a inauguração da produção em série, se torna mais urgente que os diversos exemplares de uma mesma obra sejam uniformes. Logo, é necessário que os “sinais de auxílio à leitura” – termo usado por Bernardes para se referir à pontuação – tenham uma lógica interna para chegar até os leitores.²

² Por mais que se atribua à imprensa o início a sistematização da pontuação, Américo Machado Filho, em sua obra *A pontuação em manuscritos medievais portugueses* (2004, p. 116-117), defende a ideia de que, nos manuscritos da era medieval, já se encontrava um padrão na escrita dos escribas, que pode ser entendido como a “existência de uma sintaxe que subjazesse aos modos de pensar de uma época e que pudesse de certa forma ser marcada pela pontuação”. Mudanças históricas, no entanto, dificultaram o acesso às culturas da época, o que torna imprecisa qualquer afirmação feita a respeito do método utilizado pelos copistas.

Contudo, de acordo com Dahlet (2006, p. 292-293), este trabalho de regulamentação e racionalização do emprego da pontuação feito pela imprensa só conheceu seu apogeu no século XIX, devido à exponencialidade com que o setor editorial e jornalístico se desenvolveu, e devido ao início da formação de leitores em massa, que se deu ao fato de que, a partir do final do século XIX, a escola se tornou obrigatória. Paralelamente a isso, como aponta Smith (1991, p. 25), os gramáticos se preocupam com registrar os usos vigentes da língua escrita – incluindo a pontuação.

Ainda de acordo com Smith (1991, p. 25), nesse momento, no entanto, a pontuação ainda não parece ter critérios muito bem definidos que subjazem o seu emprego, e isso que gera a preocupação dos gramáticos em “descrever, justificar e regulamentar os usos de certos sinais de pontuação” (Dahlet, 2006, p. 293). A sistematização efetiva da pontuação, então, só viria a acontecer como um dos frutos do processo de gramatização.

3 O PROCESSO DE GRAMATIZAÇÃO

“A gramatização é um patamar, mas uma gramática não esgota nunca a prática de linguagem dos homens, senão ela poderia predizer sua evolução, abranger em suas regras todo o futuro dessa prática e nunca parecer obsoleta.”
(Sylvan Auroux)

A gramatização é um dos maiores marcos da história do estudo do fenômeno linguístico. De acordo com Sylvan Auroux (2009, p. 65), por processo de gramatização entende-se o processo de descrição e instrumentalização de uma língua por meio de duas tecnologias: a gramática e o dicionário.

Tendo por base a língua escrita, o processo de gramatização tem como objetivo primeiro a descrição de um sistema de língua. Alguns movimentos do início dessa tradição de descrever línguas remontam aos tempos de Alexandria, uma vez que, na organização dos textos da Biblioteca, já há um interesse, por parte dos escribas da época, de compreender as estruturas que subjazem a escrita dos textos, a fim de se ter acesso às diferentes culturas. Além disso, esse processo de descrição linguística também se relaciona aos aspectos sociopolíticos, pois havia a preocupação por parte dos escribas em estudar a produção literária dos autores consagrados e, assim, fixar o que poderia ser considerado o texto definitivo dos clássicos (Faraco, 2008, p. 134).

Pode-se dizer que a gramatização é, então, descrever uma língua a fim de instrumentá-la: poder desenvolver instrumentos linguísticos, como as gramáticas e dicionários, que têm o objetivo de registrar o funcionamento e os processos de significância da língua. Esse processo, como afirma Sylvain Auroux (2009, p. 71), tem diversos impactos nas práticas humanas, uma vez que ele “modificou profundamente a ecologia da comunicação e o estado do patrimônio linguístico da humanidade”. Com a gramatização, com a instrumentalização da língua, há pela primeira vez um registro da língua em uso, um modelo a ser utilizado como base para o ensino e a aprendizagem; além disso, ao passo que as gramáticas e dicionários funcionam como uma fotografia linguística que tem impactos no entendimento que a população tem sobre o fenômeno linguístico, eles também são imprescindíveis para sua manutenção. A gramatização, a descrição e a instrumentalização de uma língua são indispensáveis para sua sobrevivência; a não gramatização de uma língua levaria a um linguicídio (Auroux, 2009, p. 71).

É nessa preocupação em descrever e instrumentalizar uma língua que se encontra, também, a preocupação em descrever e sistematizar o uso dos sinais de pontuação. Contudo, antes de tratar acerca da gramatização e dos sinais de pontuação, acredito que seja importante tratar um pouco sobre a história da construção do objeto que é fruto do processo de gramatização: a gramática.

3.1 UMA BREVE HISTÓRIA DA GRAMÁTICA

Nesta subseção, que está dividida em duas partes, discorro sobre os movimentos que deram início aos fundamentos epistemológicos que serviram como base para a criação da gramática, até a consolidação da gramática como uma disciplina.

As raízes dos estudos da gramática são bastante antigas. De acordo com Faraco (2008, p. 132), os babilônios, em 200 a.C., já se debruçavam sobre o estudo gramatical, e, por volta do século IV a.C., além de os hindus se dedicarem a desenvolver uma tradição consolidada desse campo de estudo, as reflexões gramaticais começam a emergir entre as comunidades chinesas. O estudo da gramática perpassa séculos da civilização humana, contudo a gramática tal qual a conhecemos hoje é fruto da tradição greco-romana.

Essa história tem início na tradição filosófica grega – que se preocupa com as questões da natureza da língua – e no estudo da retórica – que se ocupa das questões político-jurídicas de uso da língua. Além dessas duas tradições, os estudiosos da Biblioteca de Alexandria também se dedicaram a estudar a língua partindo da produção literária dos autores consagrados; desses estudos, surgiram a filologia – o estudo e a descrição dos textos – e a gramática – a descrição de um modelo de língua (Leite, 2007; Faraco, 2008; Faraco; Zilles, 2017).

Esse cenário dos estudos acerca da língua viria, mais tarde, a fincar raízes e determinar o entendimento que se tem da disciplina da gramática.

3.1.1 A filosofia e a retórica

Marli Quadros Leite (2007, p. 35) aponta que os textos da Antiguidade Clássica já mostram, pelas reflexões desenvolvidas pelos filósofos da época, que os problemas de linguagem e a investigação da natureza da língua sempre foram um foco de interesse do homem. É nessas reflexões filosóficas que podemos encontrar as raízes dos fundamentos dessa disciplina, pois os filósofos gregos, ao lado dos filósofos estoicos, “tiveram importância decisiva na concepção do instrumento linguístico denominado *gramática*” (Leite, 2007, p. 36).

Aristóteles, por exemplo, um dos grandes nomes da filosofia grega, incorporou às suas reflexões acerca da natureza da linguagem questões como a motivação – ou a imotivação – das relações semânticas das palavras, a fim de construir um pensamento a respeito do vínculo das palavras com seus referentes (Leite, 2007, p. 36). Nessas reflexões, o objetivo era identificar se esse vínculo teria alguma razão intrínseca à natureza das palavras, ou se a construção do significado era feita através de uma convenção histórica (Faraco, 2008, p. 133). Além disso, as reflexões formuladas pelos filósofos gregos também dialogam com as questões de lógica, uma vez que Platão e Aristóteles, tratando da proposição de enunciados e das partes do discurso – que seriam: nome, verbo, junção e membro articulatório – constituem “uma análise de vários aspectos da língua grega como parte da construção da lógica, isto é, da teoria de como se organiza o raciocínio válido” (Faraco, 2008, p. 133). Essas reflexões sobre a natureza da linguagem fornecem os fundamentos epistemológicos para a criação de uma disciplina que tenha caráter metalinguístico: utilizar seu próprio objeto – a língua – para descrevê-la.

É importante destacar também que, ao lado dessa tradição filosófica, se desenvolve uma outra tradição de estudos acerca da linguagem, mas essa de caráter político: a retórica.

Leite (2007, p. 41) aponta que é ao final do século VI a.C. que se iniciam as manifestações dos retores gregos sobre o ato de falar em público. Nesse período, a sociedade foi marcada por momentos de grande efervescência política e jurídica devido ao delineamento da democracia que estava se configurando na sociedade, uma vez que os cidadãos passaram a usufruir da palavra para defender, diante dos juízes, os interesses da comunidade (Leite, 2007, p. 41; Faraco, 2008, p. 133). É nesse processo de defesa de interesses em debates que surge o estudo da retórica. Os participantes dos debates precisavam demonstrar ao público domínio das habilidades da fala para sustentar seus argumentos nas disputas político-jurídicas, e é nesse cenário que a retórica aparece: como uma área que se dedica a “estudar a língua com o objetivo de sugerir as formas de melhor explorar seus recursos expressivos com vistas a conquistar a adesão do auditório” (Faraco, 2008, p. 133).

De acordo com Leite (2007, p. 41), nos debates públicos se tornavam evidentes as diferenças de competência argumentativo-persuasiva dos que ocupavam o turno em público. É a partir dessas diferenças evidentes que Codax e Tísias, os primeiros retores gregos, começam os seus estudos. Eles observavam, anotavam e repassavam os ensinamentos que eram compilados nos debates, repassando os meios que eram utilizados a fim de persuadir os juízes a acreditarem na causa dos acusados; nessa prática, “o *uso* era observado e tomado como fonte para a elaboração de ‘fórmulas’ a partir das quais alguém poderia se comunicar mais eficientemente, não em diálogos ordinários, mas, especificamente, em tribunais e assembleias

políticas” (Leite, 2007, p. 41). A partir disso a arte de persuadir vai ganhando espaço nas cidades gregas: as pessoas aprendem a utilizar a língua para falar em público em ocasiões que demandam um gênero específico de comunicação; é por essa mesma razão que a retórica se implanta em Roma, ao final do século II a.C. (Leite, 2007, p. 41-42).

A retórica surge, então, como uma necessidade prática, investigando como escolher as melhores expressões para se usar nos debates, como se fazer entender da forma mais adequada aos seus propósitos e à audiência. Além disso, de acordo com Faraco (2008, p. 133), também concernem aos estudos da retórica as figuras de linguagem, que surgem como maneiras de se expressar de forma elegante e causar a sensibilização da audiência através de seu uso. É preciso salientar que os ensinamentos da retórica, do mesmo modo como o dos filósofos que se ocupavam da natureza da linguagem, não tinham como objetivo criar qualquer tipo de legislação sobre o uso da língua (Leite, 2007, p. 43).

Centrada na língua falada, a retórica era uma análise esmiuçada dos mecanismos para persuadir a audiência, para conquistar o público, mas não era uma norma a respeito de como usufruir da língua. A noção de norma para reger o bem falar e o bem escrever de uma língua surge somente depois, quando, nas salas da Biblioteca de Alexandria, decalcando da retórica alguns critérios de correção, os gramáticos-filólogos alexandrinos buscam compilar os textos dos escritores tidos como exemplares a fim de servirem como modelo para regulamentar o uso da língua (Leite, 2007, p. 43).

3.1.2 A filologia e a gramática

Na era helenística, a preocupação dos alexandrinos era a de preservar, na Biblioteca de Alexandria, a cultura de sua época. Nas salas da Biblioteca, por volta de III a.C., os eruditos se dedicavam a catalogar a grande coleção de textos, que variava entre escritos de poetas, dramaturgos, historiadores e filósofos (Faraco, 2008, p. 134). Contudo, além de catalogar essas obras, a preocupação dos estudiosos era também, e talvez principalmente, a de “estabelecer, a partir do estudo criterioso dos fragmentos disponíveis, o texto que se poderia considerar como definitivo da obra de autores clássicos” (Faraco; Zilles, 2017, p. 84). Dessa preocupação, desse trabalho criterioso, surgiu a filologia.

Esse trabalho pertinente ao ramo da filologia se mostrava extremamente necessário pois os manuscritos de um mesmo texto que eram recebidos na Biblioteca continham diversas variações entre si, ou estavam danificados, com trechos rasurados, com lacunas ou com acréscimos e supressões indevidas (Faraco; Zilles, 2017, p. 84). Nesse trabalho com os textos,

se dedicando a fixar uma forma aceitável de transmitir os textos clássicos, os eruditos da Biblioteca de Alexandria preservaram e deram continuidade a um conjunto de obras fundamentais da cultura humana – dentre eles os poemas de Homero, a *Iliada* e a *Odisseia* (Faraco, 2008, p. 134). Uma tarefa dessa magnitude, no entanto, só poderia requerer métodos bem estabelecidos.

De acordo com Faraco e Zilles (2017, p. 87), o interesse dos filólogos nos textos os levou a descrever e a comentar a língua que era encontrada nos manuscritos, para que pudessem trabalhar com ela. Em um criterioso trabalho de comparação entre textos, entre manuscritos e fragmentos, os estudiosos da filologia, a fim de compor o que seria denominado “texto definitivo”, precisavam esmiuçar os escritos: entender a métrica, a ortografia, a forma como as palavras eram distribuídas e as classes às quais elas pertenciam. Era preciso entender a estrutura dos textos, a sintaxe, as figuras de linguagem e as marcas de estilo (Faraco; Zilles, 2017, p. 86).

Com o passar do tempo, no entanto, essa descrição criteriosa começou a criar raízes sólidas, e veio a se tornar um ramo autônomo do conhecimento: a gramática. Esse ramo, como aponta Leite (2007, p. 45), surge por acumulação: é somente um século após o início do trabalho criterioso dos filólogos que se conclui que, partindo das observações que eram registradas do uso dos autores prestigiados, podia-se chegar – através de analogias – a sistematizações da língua, ou seja, se chegaria à gramática. Com o surgimento dessa nova disciplina, a filologia ficou encarregada de estudar, esmiuçar e comentar sobre as características dos textos dos grandes escritores, e a gramática ficou encarregada de estudar essas características da língua que era corrente na escrita dos autores.

Com essa separação das áreas e das tarefas, então, de acordo com Faraco e Zilles (2017, p. 87-88),

o objeto do gramático era, portanto, a língua escrita exemplar, ou seja, a língua dos escritores culturalmente prestigiados. E o gramático perseguia dois objetivos: descrever essa língua e, ao fazê-lo, estabelecer um modelo, um padrão a ser seguido por todos os que se dedicassem a escrever.

Na cultura helenística, a língua escrita exemplar, que precisava ser preservada e que era um objeto de estudo pertinente à gramática, era, portanto, a língua literária. De acordo com Silva (2000, p. 18), a um dos eruditos da Biblioteca, o filólogo alexandrino Dionísio da Trácia, II a.C., é quem se costuma atribuir a autoria da primeira gramática conhecida, que registra amplamente e de forma sistemática esse conhecimento do que era comumente encontrado nas

obras consagradas; e é a partir desse contexto que se codifica o que viria a se tornar a gramática tradicional.³

Como constata Leite (2007, p. 43), e como se depreende da história dos estudos acerca da linguagem, não foi o modelo grego que favoreceu a consolidação da disciplina da gramática no ocidente; foi o alexandrino. Os filósofos gregos, preocupados com a teorização linguística, não pareciam ter a intenção de propor a gramática tal qual uma norma, um conjunto de regras a ser seguido; o surgimento da gramática como atividade prática, que toma por base de estudo os autores consagrados, está profundamente enraizado nas transformações tecnológicas do mundo antigo que ocorreram com o árduo trabalho dos eruditos nas salas da Biblioteca de Alexandria.

O desdobramento desse processo criterioso dos alexandrinos, de acordo com Faraco (2008), veio a constituir a gramática como a conhecemos hoje: uma “disciplina intelectual autônoma voltada para o estudo da língua, com o objetivo principal de fixar modelos de correção com base no estudo empírico dos usos normais dos poetas e prosadores” (Faraco, 2008, p. 137). A gramática, desde os primórdios, surge com alguns traços do normativismo, que, possivelmente, também são incorporados ao tratamento dado aos sinais de pontuação nesse instrumento linguístico.

3.2 A GRAMÁTICA HOJE

Mesmo que a tradição gramatical aponte que as raízes da gramática já se estabelecem com base na noção de erro, é importante destacar que esse objeto pode ser conceituado de diferentes formas. Nos materiais que tratam sobre o estudo da gramática, é comum encontrar diferentes definições do que vem a ser esse objeto e de qual seria a sua preocupação. Neste trabalho, a fim de delinear o entendimento acerca do conceito de gramática, tomo por base as definições encontradas nos trabalhos de Mario Perini (2006), Carlos Franchi (2006) e Marli Quadros Leite (2014)⁴.

De acordo com Mário Perini (2006, p. 18), gramática é uma disciplina que se ocupa do “estudo da organização interna dos enunciados linguísticos de cada língua, tanto no que diz

³ Outros estudiosos que merecem destaque quando se fala da história da tradição gramatical são Maria Helena de Moura Neves (2002) e Francisco Eduardo Vieira (2018). Em suas obras, para além da história inicial esboçada nesta subseção, os autores se dedicam a averiguar a fundo como a gramática tomou a forma que conhecemos hoje, discorrendo sobre os diversos gramáticos que marcaram a tradição desta disciplina após Dionísio da Trácia.

⁴ Embora existam diversas outras possíveis definições de gramática feitas por outros autores, a escolha de trazer apenas essas três acepções e esses autores para a discussão foi pautada na extensão do trabalho, que entendo como um fator limitante para se poder discutir outras possíveis definições.

respeito à sua forma quanto no que diz respeito ao seu significado”. Partindo dessa conceituação, pode-se dizer que é de interesse da disciplina da gramática compreender como se dá a organização e o funcionamento de uma língua, tendo por base o estudo de menores unidades – a fonética, a fonologia, a morfologia e a sintaxe – para se chegar às unidades maiores – a semântica, o significado.

Contudo, a palavra “gramática” pode, ainda, ser usada para se referir a diferentes direcionamentos que são dados a essa disciplina. Uma vez que a gramática trata das características, das propriedades e das categorias de uma língua com o objetivo de explicar o seu funcionamento (Leite, 2014, p. 117), diferentes focos dados a esses olhares produzem estudos diferentes. Sendo assim, cabe distinguir os três principais conceitos de gramática, que se originam de diferentes orientações.

A disciplina da gramática pode ser entendida como um estudo que se ocupa da tarefa de estabelecer um padrão de língua, uma norma a ser seguida. Nessa orientação, de acordo com Franchi (2006, p. 16), a gramática assume o papel de um “conjunto sistemático de normas para bem falar e escrever, *estabelecidas* pelos especialistas, com base no uso da língua consagrado pelos bons escritores”. A essa orientação tradicional de gramática se dá o nome de “gramática normativa” (ou prescritiva).

Em outra conceituação, chama-se gramática o “sistema de regras, unidades e estruturas que o falante de uma língua tem programado em sua memória e que lhe permite usar sua língua” (Perini, 2006, p. 23). Nessa orientação, a gramática faz parte do conhecimento de mundo que o falante de uma língua tem e diz respeito ao saber linguístico – construído no social e memorizado sem nem perceber – que rege o uso particular do falante. A essa visão da gramática se dá o nome de “gramática internalizada”.

Por último, conceitua-se gramática como o “sistema de noções mediante as quais se descrevem os fatos de uma língua, permitindo associar a cada expressão dessa língua uma descrição estrutural e estabelecer suas regras de uso” (Franchi, 2006, p. 22). Essa descrição linguística é feita partindo do uso da gramática internalizada e tem por objetivo registrar “como se fala realmente, retratando e sistematizando os fatos da língua” (Perini, 2006, p. 24), a fim de investigar e compor um panorama de como se dá efetivamente o uso da língua por uma determinada comunidade. A esse tipo de gramática se dá o nome de “gramática descritiva”.

Em suma, enquanto a orientação prescritiva majoritariamente ocupa o papel de estabelecer as regras da norma-padrão, considerada a variante de prestígio, que rege o uso da língua escrita e da língua falada, a gramática descritiva se dedica ao estudo que não tem a

pretensão de estabelecer regras, mas sim de mostrar como se dão os fatos linguísticos, principalmente no que diz respeito ao uso da língua falada.⁵

É importante ressaltar, no entanto, que algumas gramáticas normativas já adotam uma orientação mais descritiva dos fenômenos linguísticos, não prescrevendo de forma incisiva alguma norma. Alguns exemplos desse olhar mais descritivo podem ser encontrados na *Gramática Houaiss da língua portuguesa*, de José Carlos de Azeredo (2021), e nas edições mais recentes dos trabalhos de Cunha e Cintra, na *Nova gramática do português contemporâneo* (2016), e de Evanildo Bechara, na *Moderna gramática portuguesa* (2019). Contudo, embora a atitude possa ser mais descritiva, a gramática normativa ainda ocupa o papel de reger a norma de prestígio da língua, a norma-padrão.

Uma vez que a gramática internalizada diz respeito ao conhecimento linguístico do falante, e que a gramática descritiva se ocupa, majoritariamente, em fazer a descrição do uso dessa gramática internalizada, a gramática que se mostra pertinente aos estudos dos sinais de pontuação, neste trabalho, é a gramática normativa. Isso porque, ao tratar da descrição do uso do falante, a gramática descritiva acaba por tomar como objeto a língua falada, que não concerne aos estudos dos sinais de pontuação; a gramática normativa, por outro lado, por se ocupar também da língua escrita, se ocupa dos sinais de pontuação. A seguir, é a essa preocupação da gramática que irei me deter: a visão que a gramática normativa, que deriva da tradição greco-romana de investigação da linguagem, tem dos sinais de pontuação.

⁵ Contudo, nem sempre essas fronteiras são bem delimitadas. De acordo com Franchi (2006, p. 23), embora a gramática descritiva não se proponha à manutenção da noção de certo ou errado em uma língua, o que muitas vezes ocorre na prática escolar é que ela é utilizada, no que concerne ao uso da língua escrita, como um instrumento que intermedeia as prescrições da gramática normativa.

4 A PERSPECTIVA GRAMATICAL SOBRE A PONTUAÇÃO

“Fazer uma gramática consistia, no contexto da gramatização, em construir protocolos que os sujeitos linguísticos podiam utilizar em sua produção linguística; para eles, uma gramática é um instrumento que aumenta e muda sua capacidade linguística anterior.”
(Sylvan Auroux)

Após a contextualização histórica do surgimento da gramática e, por consequência, da sistematização do uso dos sinais de pontuação, a fim de dar continuidade à história dos sinais de pontuação que vem sendo esboçada neste trabalho, o objeto de análise deste capítulo é o instrumento linguístico que incorporou em seu escopo de estudo os sinais de pontuação: a gramática.⁶

Os gramáticos, preocupados em desenvolver um modelo normativo que serviria de modelo para reger as condições do bem falar e do bem escrever, validadas pelos autores literários consagrados, foram a peça-chave do que viria a se tornar uma sistematização do uso dos sinais de pontuação. Isso porque, ao passo que é preocupação da gramática estabelecer as regras para o uso da língua escrita, se torna sua preocupação também estabelecer as regras de uso dos sinais de pontuação, uma vez que, como aponta Dahlet (2002, p. 30), na “proposta do bem escrever, a pontuação exerce um papel constante”.

Neste capítulo analiso três gramáticas da língua portuguesa para averiguar de que modo os sinais de pontuação, que surgiram na tradição de leitura oral como auxiliares da leitura em voz alta, passaram a ser vistos após o processo de gramatização. As análises partem do material de Cunha e Cintra (2016), com a *Nova gramática do português contemporâneo*; de Evanildo Bechara (2019), tendo por base a *Moderna gramática portuguesa*; e de Celso Pedro Luft (1985), com a *Moderna gramática brasileira*. A escolha dessas gramáticas foi fundamentada nas diferentes teorias linguísticas às quais seus autores se filiam, sendo elas respectivamente: estruturalista, funcionalista e gerativista.

⁶ A partir desse momento, “gramática” refere-se à acepção de “gramática normativa”, conforme delineada no capítulo anterior.

4.1 CUNHA E CINTRA: A GRAMÁTICA PELA ÓTICA ESTRUTURALISTA

A *Nova gramática do português contemporâneo* (2016), escrita por Celso Ferreira da Cunha, brasileiro, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e Luis Filipe Lindley Cintra, português, professor da Universidade de Lisboa, é uma gramática de referência nos estudos de língua portuguesa. Publicada pela primeira vez em 1987, e agora já em sua sétima edição, a gramática de Cunha e Cintra, muito embora já bastante atualizada com a incorporação de diversos conceitos e preceitos da sociolinguística, pode ser considerada um exemplo de gramática cujos autores adotam uma concepção estruturalista de língua, mesmo que não se encontre essa informação explicitamente no texto.

Tal ideia pode ser depreendida partindo de como os autores definem, na introdução, o que entendem por língua. Para Cunha e Cintra (2016, p. 1), língua é “um sistema gramatical pertencente a um grupo de indivíduos. Expressão da consciência de uma coletividade, a língua é o meio por que ela concebe o mundo que a cerca e sobre ele age”. Embora essa definição destoe um pouco do conceito de língua empregado por Ferdinand de Saussure – o precursor do estruturalismo linguístico –, uma vez que incorpora questões exteriores à língua que não concernem aos estudos dos estruturalistas, nota-se que a ideia de “sistema” e de “fato social” estão presentes no conceito dos autores da gramática. Além disso, ao tratar de língua e sociedade, Cunha e Cintra (2016, p. 2) optam por citar Saussure e Antoine Meillet – um dos principais linguistas franceses do século XX, que teve fortes influências da linguística estruturalista de Saussure – para iniciar a discussão; penso que, ao optar por linguistas de determinada teoria para fundamentar alguma discussão de estudo, se adota, também, suas teorias.

Corroborando esse ponto de vista, Leite (2006), em seu artigo tratando dos aspectos tradicionais e modernos encontrados na *Nova gramática do português contemporâneo*, afirma que em diversos pontos da gramática é evidente a orientação estruturalista dos autores: ao tratar de fonética e fonologia; quando abordam os conceitos de classe, estrutura e formação de palavras; na organização dos capítulos que concernem aos estudos morfossintáticos e na abordagem da colocação pronominal. Dessa forma, considero o trabalho de Cunha e Cintra representante do olhar estruturalista dos sinais de pontuação.

Para Cunha e Cintra (2016, p. 657), a pontuação serve para “reconstituir aproximadamente o movimento vivo da elocução oral”. No capítulo destinado ao estudo dos sinais de pontuação, os gramáticos discorrem sobre as questões fônicas e sintáticas da pontuação, mas dando bastante foco em suas análises para a abordagem da questão fônica.

Para trabalhar com esse aspecto, há uma divisão – para fins didáticos – em dois grupos, sendo eles: o grupo de sinais de pontuação que está a serviço do ritmo, das pausas, e que está a serviço da melodia, da entonação. De acordo com Cunha e Cintra, na perspectiva fônica:

Os sinais de pontuação podem ser classificados em dois grupos:

O primeiro grupo compreende os sinais que, fundamentalmente, se destinam a marcar as PAUSAS:

- a) a VÍRGULA (,)
- b) o PONTO (.)
- c) o PONTO E VÍRGULA (;)

O segundo grupo abarca os sinais cuja função essencial é marcar a MELODIA, a ENTOAÇÃO:

- a) os DOIS-PONTOS (:)
- b) o PONTO DE INTERROGAÇÃO (?)
- C) o PONTO DE EXCLAMAÇÃO (!)
- d) as RETICÊNCIAS (...)
- e) as ASPAS (“ ”)
- f) os PARÊNTESES (())
- g) os COLCHETES ([])
- h) o TRAVESSÃO (–)

É partindo dessa divisão em dois grupos que os autores constroem seu capítulo destinado aos sinais de pontuação, mas ressaltando que, muitas vezes, um sinal de pontuação pode tanto demarcar pausas quanto entonações. O que se encontra nas demais páginas do capítulo destinado a esse aspecto da língua escrita são exemplos e regras de como pontuar, fazendo algumas notas breves e levando em consideração algumas noções de sintaxe, mas sempre evocando e reiterando a função fônica dos sinais de pontuação.

É desse modo que Cunha e Cintra (2016, p. 657) reduzem o papel dos sinais de pontuação a dois grupos que servem para “suprir a carência” da oralidade: o da pausa e o da melodia.

Assim, os gramáticos parecem se filiar à ideia de que a pontuação serve para, na escrita, recuperar uma falta da língua falada: a da oralização. Nessa perspectiva, a pontuação é vista meramente como representacional da fala, do mesmo modo que a escrita foi vista por muito tempo após sua exclusão do escopo da linguística, impulsionada pela publicação do *Curso de Linguística Geral*, de Saussure, e pela ascensão do movimento estruturalista.⁷

⁷ Para uma discussão aprofundada sobre a exclusão da escrita do escopo da linguística, ver: ENDRUWEIT, Magali Lopes. **Repensando a escrita**. Jundiaí: Paco Editorial, 2022.

4.2 BECHARA: A GRAMÁTICA FUNCIONALISTA

Evanildo Cavalcante Bechara é professor, gramático e filólogo brasileiro com vasta publicação, que abrange desde gramáticas gerais até gramáticas específicas para concursos. Em sua *Moderna gramática portuguesa*, lançada pela primeira vez em 1961, nascida, de acordo com Bechara (2014, p. 25), “sob a égide do movimento renovador” da gramática tradicional, Evanildo Bechara assume uma concepção funcionalista de língua para balizar seus estudos.

Para Bechara, a linguagem é comunicação. Isso se torna explícito já na frase que abre a introdução de sua *Moderna gramática portuguesa*: “entende-se por linguagem qualquer sistema de signos simbólicos empregados na intercomunicação social para expressar e comunicar ideias e sentimentos, isto é, conteúdos da consciência” (Bechara, 2019, p. 32). É essa ideia de língua como comunicação – tributo da corrente linguística funcionalista – que é esmiuçada ao longo da introdução de sua gramática e que baliza a obra, na qual há uma busca por combinar uma perspectiva mais tradicional da gramática com um teor mais descritivo. Essa combinação, no entanto, de acordo com Leite (2006, p. 27), muito embora mereça reconhecimento, acaba por complicar a leitura e o entendimento do público geral. Filiando-se à corrente funcionalista da linguagem⁸, Bechara (2019) dedica um capítulo inteiro de sua gramática a tratar de pontuação; esse capítulo situa-se após a discussão sintática e antes do início do capítulo que trata de questões de estilo.

Valendo-se da definição de Nina Catach sobre pontuação, Bechara assim entende pontuação:

[...] um “sistema de reforço da escrita, constituído de sinais sintáticos, destinados a organizar as relações e a proporção das partes do discurso e das pausas orais e escritas. Estes sinais também participam de todas as funções da sintaxe, gramaticais, entonacionais e semânticas”. [...] Ao lado dos grafemas que “vestem” os fonemas, os morfemas e as unidades superiores, esses sinais extra-alfabéticos, como assinala Catach, são essencialmente unidades sintáticas, “sinais de orações” e “sinais de palavras” (Bechara, 2019, p. 638).

Considerando esse entendimento de que os sinais de pontuação, sinais extra-alfabéticos, atuam no texto como unidades sintáticas, o professor Bechara embasa as análises que se seguem no decorrer do capítulo, afirmando que se pode entender a pontuação de duas maneiras distintas, uma mais estrita do que a outra. Na larga acepção, ampliando um pouco o que comumente se entende por pontuação, o gramático traz a ideia de que a pontuação “abarca não só os sinais de

⁸ Uma discussão minuciosa da evolução das teorias utilizadas pelo professor Evanildo Bechara para compor suas gramáticas é feita por Cíntia Cardoso de Siqueira (2018), em sua tese de doutorado, intitulada *A formulação teórica da Moderna gramática portuguesa, de Evanildo Bechara, vista pela perspectiva da história das ideias*.

pontuação propriamente ditos, mas de realce e valorização do texto: títulos, rubricas, margens, escolha de espaços e de caracteres e, indo mais além, a disposição dos capítulos e o modo de confecção do livro” (Bechara, 2019, p. 638). Já na acepção estrita, a pontuação é entendida como alguns sinais gráficos, que podem ser divididos em dois grupos: os *separadores* – vírgula, ponto e vírgula, ponto-final, exclamação, reticências – e os *sinais de comunicação ou mensagem* – dois-pontos, aspas, travessão, parênteses, colchetes, chaves.

Essa distinção dos sinais da pontuação em duas acepções – larga e estrita – abre espaço para novas interpretações sobre a pontuação no texto, trabalhando com a ideia de que a forma, a paragrafação, os espaços, também são elementos pertencentes aos estudos da pontuação. No entanto, essa questão é somente mencionada no início do capítulo que concerne às análises de Bechara, pois o que se segue é uma separação dos sinais em três domínios: a *pontuação de palavras*, que inclui espaços, letras maiúsculas e minúsculas, hífen, sublinhado, itálico etc.; a *pontuação sintática e comunicativa*, definida como a pontuação “propriamente dita”; e a *pontuação no texto*. Desses domínios, no entanto, somente o segundo será analisado no capítulo: o que diz respeito aos sinais de pontuação, sua função sintática e comunicativa.

É partindo dessa função sintática e comunicativa que Evanildo Bechara discute a formação de enunciados, que são dependentes de princípios sintáticos e semânticos gerais, que são sedimentados por unidades melódicas e rítmicas, pois sem eles a função comunicativa, inerente da linguagem, estaria prejudicada. Assim, Bechara (2019, p. 640) define que “os sinais de pontuação [...] procuram garantir no texto escrito esta solidariedade sintática e semântica. Por isso, uma pontuação errônea produz efeitos tão desastrosos à comunicação quanto o desconhecimento dessa solidariedade a que nos referimos”.

Analisando a *Moderna gramática portuguesa*, nota-se que, muito embora Bechara se valha de uma acepção que amplia o escopo dos estudos da pontuação, é na análise sintática que seus estudos se mantêm. Os sinais de pontuação se mostram, então, pela perspectiva funcionalista, como auxiliares da garantia sintática e semântica de um texto escrito, servindo, nos termos do funcionalismo, para garantir que o enunciado não se torne ambíguo ao leitor, ordenando os elementos sintáticos internos e externos à frase a ao período.

4.3 LUFT: O GERATIVISMO EM PERSPECTIVA

O professor Celso Pedro Luft foi um linguista, gramático, filólogo e dicionarista muito importante para os estudos em língua portuguesa. Sua *Moderna gramática brasileira*, referência nos estudos de sintaxe, é fruto da reformulação proposta anteriormente à publicação

da terceira edição da *Gramática resumida*, publicada pela primeira vez por Luft em 1960. Como o autor explica no prefácio à *Moderna gramática brasileira* (1985, p. XIII), era para essa gramática ser apenas uma terceira edição; contudo, depois das transformações da linguística moderna, em especial propostas por Chomsky, cujo “furacão de seu transformacionalismo varreu a Sintaxe”, Luft julgou necessário alterar seu texto, para o qual já não cabia mais o título de *Gramática resumida*. Assim surge a *Moderna gramática brasileira*, sob a onda de transformações no campo linguístico que ocorreram em meados do século XX.

Como o autor destaca já no início do prefácio, seus estudos foram fortemente influenciados por Noam Chomsky, o precursor da linguística gerativa. Na introdução da gramática, Luft (1985, p. 1) traz os conceitos de linguagem e língua, que contribuem para o entendimento de que as análises que serão propostas em sua *Moderna gramática brasileira* se filiam a um olhar gerativista. Tal entendimento depreende-se do uso de conceitos como faculdade da linguagem, inatismo e cognição, ao definir linguagem da seguinte maneira:

LINGUAGEM – Ser eminentemente social, o homem precisa, para (sobre)viver, comunicar-se com seus semelhantes. Para isso ele tem um dom de natureza, inato: a faculdade de (re)criar e manipular sistemas de comunicação. Essa faculdade criativa é a linguagem. O homem é um ser de linguagem.

[...]

Função externa e interna da linguagem: função, primeiro de pensar (cogitativa) e, depois, de comunicar (comunicativa).

[...]

LINGUAGEM: FACULDADE / CRIAÇÕES – A linguagem, como disse atrás, é um dom inato do ser humano, faculdade de (re)criar e manipular sistemas de comunicação (Luft, 1985, p. 1-2).

A partir do conceito de linguagem expresso por Luft, nota-se, então, que a fundamentação das análises de sua gramática será de base gerativista, que compreende a linguagem como inata ao ser humano, com uma função cognitiva que tem, por pressuposto, a função comunicativa. Dessa forma, considero o trabalho de Luft em sua *Moderna gramática brasileira* representante do olhar gerativista dos sinais de pontuação.

No que concerne aos estudos da pontuação, Luft (1985, p. 181) dedica três breves parágrafos de seu capítulo sobre ortografia para afirmar que a pontuação é um:

sistema de sinais com que se representam os fonemas suprasegmentais, principalmente as pausas.

Estes sinais são: ponto, dois-pontos, vírgula, ponto e vírgula, ponto de exclamação, ponto de interrogação, ponto-final, reticências.

Outros sinais: aspas (simples ‘ ’, duplas “ ”), asterisco (*), colchetes ([]), parágrafo (§ - 2 s entrelaçados: *signum sectionis*), parênteses (), travessão (–), hífen (-).

Nessa análise, nota-se que, para Luft, mesmo que inclua também sinais como o de paragrafação, asteriscos, colchetes etc., a pontuação tem a função, no texto, de representar as

pausas fonéticas. Sem grandes explicações sobre o ato de pontuar ou sobre diferentes perspectivas com que se poderia analisar a pontuação, a *Moderna gramática brasileira*, de orientação gerativista, atribui aos sinais de pontuação apenas o papel de representação das pausas da fala. Essa categorização, novamente parece evocar a ideia de que a escrita é vista meramente como representacional da fala, do mesmo modo que já foi abordado ao final do item 4.1, quando discuto a ideia de que a pontuação é, para Cunha e Cintra, também meramente representacional da fala, embora haja um detalhamento maior do que o encontrado nos breves parágrafos da *Moderna gramática brasileira* sobre o assunto da pontuação.

4.4 PONTUAÇÃO: UMA ANÁLISE POSSÍVEL

A partir das três gramáticas analisadas neste capítulo, é possível notar que a história dos sinais de pontuação, que teve seu início com a tradição de leitura oral, passou por diversas modificações após o processo de gramatização. Inicialmente, tinha-se uma visão da pontuação como auxiliar da condução do sentido da leitura, mas, com a gramatização, o olhar parece ter um desvio de foco: para o representacional da fala e para um olhar majoritariamente sintático.

Na *Moderna gramática brasileira* (1985) e na *Nova gramática do português contemporâneo* (2016), podemos encontrar, com os gramáticos Celso Luft e Cunha e Cintra, a ideia de que a pontuação é representacional da oralidade que é característica da fala. Embora a questão de representação seja ampliada para além da pausa – encontrada no trabalho de Luft – quando Cunha e Cintra trazem também os aspectos melódicos, nessas duas gramáticas de referência da língua portuguesa há um enquadramento da pontuação como algo preso e cerceado pela voz, pela oralidade.

Na *Moderna gramática portuguesa* (2019), embora as questões fônicas do ato de pontuar também sejam mencionadas, há um distanciamento dos gramáticos anteriores. Divergindo do foco dado pelos outros gramáticos, no trabalho de Bechara, encontramos uma discussão profunda da pontuação e de seu papel sintático na escrita, sendo um elemento essencial para que se garanta, no texto, a solidariedade sintática e semântica do enunciado. Nessa perspectiva, os sinais de pontuação se mostram como recursos sintáticos que estão à serviço da clareza, embora a noção de clareza esteja menos atrelada à ideia da compreensão e mais cerceada pelas regras da sintaxe, sendo elas diretamente relacionadas ao modo de pontuar, delimitando de que forma esses “recursos sintáticos” que são os sinais de pontuação podem ajudar na estruturação do enunciado.

Há, ainda, um aspecto da organização das gramáticas que é importante de ser ressaltado: o capítulo em que se encontra a discussão sobre pontuação. No trabalho de Luft, a pontuação aparece como um item da quarta parte da gramática, da seção destinada a tratar de ortografia, que está situada logo após o capítulo de fonologia. Na gramáticas de Cunha e Cintra e de Bechara, no entanto, há um capítulo exclusivo dedicado a tratar sobre o ato de pontuar – embora haja uma diferença na escolha de onde alocar esse capítulo, sendo colocado por Cunha e Cintra logo após a discussão sobre discurso e antes do capítulo sobre versificação, e por Bechara logo após logo após as figuras e os “vícios e anomalias” da linguagem, e antes do capítulo sobre estilística. Essa escolha de onde situar o capítulo sobre pontuação, além de dialogar com as visões que os autores têm desse objeto, é significativa: a pontuação, muito embora seja objeto da gramática, não é facilmente enquadrada em sua divisão, o que vem a causar flutuações sobre onde alocar a discussão sobre esse tópico.

É evidente que se deve aos gramáticos a sistematização do uso da pontuação: se conhecemos, hoje, a pontuação como um sistema composto por diversos sinais que são pertencentes ao uso da língua escrita, é aos gramáticos que se preocuparam em descrever o seu uso que se atribui esse feito. Contudo, essa sistematização encerrada apenas na representação da fala e na sintaxe parece enquadrar o papel da pontuação em uma perspectiva um tanto quanto reducionista da escrita, que a entende apenas como forma, como representação.

Muito embora a gramática tenha se encerrado nessas noções, é preciso destacar que, para além da tradição gramatical, a pontuação tem sido objeto de estudo de diversos estudiosos da linguagem, que se dedicam a analisá-la sob novas perspectivas. Esse é o caso dos trabalhos de Marisa Magnus Smith (1991), que em sua dissertação de mestrado investiga a pontuação tratando-a como uma questão de leitura, numa tentativa de fazer uma recuperação histórica de sua função originária – a de construir pistas para o leitor. Além disso, em sua tese de doutorado, intitulada *Por uma gramática da pontuação: um estudo dos sinais de pontuação em textos referenciais opinativos* (1998), Smith se propõe a descrever os usos dos sinais de pontuação partindo de uma ótica funcionalista, abordando os diferentes contextos em que os sinais de pontuação podem aparecer, e a sua função neles.

Também direcionando novos olhares à pontuação, Camara (2006) discute em sua tese acerca da pontuação e da alteração do sentido do texto partindo de uma perspectiva textual, e Junkes (1995) compõe sua tese de doutorado com um estudo do funcionamento dos sinais de pontuação pela ótica discursiva, destacando que eles têm três funções principais: a sintática, a de auxiliar no entendimento do sentido e a função estilista. Ainda sobre as questões de estilo, Bernardes (2002) dedica sua tese a investigar a pontuação partindo de textos escritos por

crianças, textos que fogem às prescrições gramaticais; desviando do foco da perspectiva normativista, a pesquisadora aborda a escrita e a pontuação pensando no estilo do autor.

Além dessas autoras, Chacon (1998) é um autor importante no que concerne aos estudos dos sinais de pontuação, uma vez que dedica sua tese ao estudo do ritmo na construção da escrita, abordando a pontuação como uma questão rítmica do sistema da escrita. É também preciso dar destaque ao editor Noah Lukeman (2011), que em seu livro *A arte da pontuação* discorre sobre os sinais de pontuação em textos literários, trabalhando com a ideia de que a pontuação revela o escritor que a utiliza, e de que diferentes pontuações podem ter pesos diferentes ao leitor quando ele se depara com um texto. Partindo dessa ideia de Lukeman, Chitollina (2020), fazendo uma ligação com a Linguística da Enunciação, aborda a pontuação como uma questão subjetiva, que reflete o estilo de quem a utiliza.

Embora a perspectiva da gramática normativa sobre a pontuação tenha influenciado diretamente a visão que se tem do papel que esses sinais ocupam na língua escrita, não faltam estudos que se propõem a expandir a noção de pontuação a uma categoria para além da ordem da representação da fala e das questões sintáticas. A pontuação é, de fato, de ordem da representação da fala, das pausas e da sintaxe. Mas não apenas. O papel dos sinais de pontuação e as possibilidades de entendimento, de estilo e de significação excedem o que pode ser registrado nas páginas das gramáticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“A pesquisa não é o resultado de uma ligação entre dois pontos, previamente concebidos. É uma rota que, por sua vez, ‘não é uma estrada, nem um atributo físico; é uma direção, uma linha imaginária ligando um ponto de partida e uma destinação’. Entretanto, esses pontos – de partida e de destino – vão se descobrindo ou se fazendo ao longo do processo de construção da própria rota. Os textos de pesquisa, também, são feitos desse **fazer rotas** ou desse **construir cartografias enquanto se fazem caminhos.**”*
(Cássio E. Viana Hissa)

Como aponta Cássio Hissa (2019, p. 16), o caminho da pesquisa não é uma linha que liga dois pontos; o caminho é uma rota, composta por curvas e desvios, necessários para que se construa um mapa cartográfico mais amplo e mais qualificado da trajetória percorrida. Este trabalho de conclusão de curso foi uma curva. Uma curva que acredito que tenha sido necessária para construir um mapa cartográfico mais amplo deste curioso objeto de pesquisa: a pontuação.

Nesse desvio de rota que construiu esta pesquisa, textos de historiadores foram investigados para se descobrir as raízes dos sinais de pontuação. Inevitavelmente, falar sobre as raízes da pontuação implicou falar sobre a história da escrita e da leitura e sobre o seu longo percurso: começando pela *scriptio continua*, a escrita para ser oralizada, desembaralhada e desvelada pela tradição da leitura pública, na leitura em voz alta; passando pela *per cola et commata*, o esboço inicial de segmentação do texto, uma espécie primitiva de pontuação, que tinha em vista facilitar o processo de leitura dos escribas com menos contato e experiência com os manuscritos; até o que viria a se tornar a escrita como a conhecemos hoje. É em meio a esse contexto da história da escrita e da tradição de leitura oral que surge, também, a história dos sinais de pontuação. Nas salas da Biblioteca de Alexandria, esboçado por Aristófanes de Bizâncio, surge o primeiro sistema de pontuação, demarcado por três diferentes níveis de pontos, que atuam como indicadores e condutores da leitura.

Lançadas as bases do início da tradição da pontuação, é questão de tempo até se tornar de interesse dos copistas desenvolver novas marcas para facilitar o processo de leitura. Eis o contexto, como aponta Smith (2006, p. 89-90), em que a pontuação surge, como sinais que orientam a leitura, indicando ênfases e pausas que contribuem para a construção dos significados durante o processo de oralização dos textos. Esses indicadores, no entanto, eram

extremamente arbitrários, pois cada escriba fazia uso dos sinais de pontuação a seu próprio estilo; não que isso representasse um problema para a época, pois a preocupação em se sistematizar o uso dos sinais de pontuação só viria a surgir com o advento da imprensa e com o aumento do número de leitores. Contudo, a sistematização efetiva da pontuação não aconteceria por consequência da imprensa: os editores, assim como os escribas, também pontuavam de acordo com seus próprios estilos, o que inviabilizava a sistematização do uso dos sinais de pontuação. É somente quando os gramáticos se preocupam em registrar os usos vigentes da língua escrita para fins didáticos – movidos pela obrigatoriedade da escola ao final do século XIX – que se tem uma sistematização efetiva da pontuação. A sistematização do uso dos sinais de pontuação viria a ser, então, um dos frutos do processo de gramatização.

Ao descrever a história da escrita neste trabalho, procurei trazer um pouco mais de contexto ao processo de gramatização, desde a tradição filosófica e retórica grega, preocupada em compreender a linguagem, seus mistérios e sua arte, até chegar ao trabalho dos filólogos e dos gramáticos, preocupados em estabelecer o que se considerava um modelo de língua. Como se pode observar ao longo da história da gramática esboçada neste trabalho, mesmo que tenha tido bases filosóficas, foi a segunda tradição que ganhou forças e se consolidou no ocidente: a baseada em regras, que estipula um modelo de língua a ser seguido. Hoje, quando se pensa em gramática, mesmo que esta não seja a única acepção do termo “gramática”, é comum que se pense intuitivamente na noção de certo ou errado, nas normas de “bom uso” da língua – tamanha foi a influência dos alexandrinos nos estudos da linguagem que as raízes de suas investigações seguem firmes até hoje. É a essa tradição que se deve a sistematização do uso dos sinais de pontuação. Independentemente do fato de ser baseada nas noções de certo e errado, se hoje temos uma tradição consolidada do uso dos sinais de pontuação – mesmo que muitas vezes sendo pouco explorada e explicada –, é ao processo de gramatização que se deve esse feito.

Através das análises de três gramáticas de referência do estudo de língua portuguesa – Cunha e Cintra, Bechara e Luft –, verifiquei que, após o processo de gramatização, mesmo em gramáticas que se filiam a teorias linguísticas diferentes, a visão da função originária da pontuação foi substituída por uma visão que atribui à pontuação unicamente uma função representacional da fala, ou uma função sintática. É essa visão que parece cercear o entendimento contemporâneo comum sobre a pontuação.

Não acredito que poderia ser diferente; afinal, a essa tradição de entendimento se deve a sistematização de seu uso, que por muito tempo teve flutuações. Contudo, é importante ressaltar que a pontuação tem sido objeto de pesquisa de diversos estudos recentes que, seja partindo de uma ótica funcionalista, textual, discursiva, enunciativa ou estilística, já têm

discutido bastante sobre a função da pontuação na escrita para além da tradição gramatical. Embora a gramática tenha se encerrado nessas noções, fora das amarras da gramática a pontuação tem ganhado novas perspectivas, novos olhares e novos papéis, que vão além da ordem unicamente sintática ou representacional.

Com base nessas discussões mais contemporâneas sobre os sinais de pontuação, noto que ganham espaço os aspectos descritivos da pontuação, sobre estilo e sobre a evolução histórica dos sinais de pontuação. Além disso, noto também que muito se discute sobre a pontuação como uma questão gramatical, como uma questão de leitura, como auxiliar no entendimento do sentido de um texto. O que não parece ter sido muito discutido, no entanto, é a pontuação como atuante na construção de sentido do texto; mesmo que a diferença seja sutil, parece haver uma diferença: *auxiliar* no entendimento do sentido me parece designar à forma um papel secundário, como um acessório; *construir*, no entanto, me parece atribuir um papel mais ativo à forma no sentido do texto. Como aprendemos com Benveniste (2023, p. 220), forma e sentido são noções gêmeas, que devem ser pensadas em conjunto na construção do sentido.

Como sugestão de pesquisas futuras, acredito que buscar compreender o papel dos sinais de pontuação de forma mais ampla no campo da significação seja produtivo para colaborar com os estudos da área, ao passo que, compreendendo as possibilidades de significação da pontuação, se adquire uma maior consciência das possibilidades de construção de sentido através da escrita, o que pode ser uma peça-chave para aperfeiçoar as práticas de escrita e leitura.

Tendo em vista que a pontuação surge com o papel de conduzir e orientar leituras, parecendo exercer um papel ativo nos processos de significação, hipotetizo que o papel da pontuação excede o que pode ser encontrado nas páginas da gramática. Essa hipótese é levantada partindo da ideia de que há, inclusive nas gramáticas, divergência entre os pontos de vista acerca da função dos sinais de pontuação – ora sintaxe, ora melodia, ora pausa. A pontuação parece um objeto volátil, instável e que, em diferentes perspectivas, ocupa funções diferentes.

A história dos sinais de pontuação foi encarcerada na estrutura, na noção de regra, no caráter formalista. Contudo, em algum lugar, algo vazou. A vírgula não obrigatória colocada no texto, aquela que não se justifica pelo uso sintático nem pelo melódico ou da pausa; as frases excessivamente curtas e às vezes extremamente longas do texto, tudo que fugiu, de alguma forma, do que podia ser justificado pela gramática. De algum jeito, algo encarcerado não foi bem preso às amarras da regra e vazou na língua. Suponho que tenha sido o sujeito.

REFERÊNCIAS

- AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2021.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 39. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- BECHARA, Evanildo. Para quem se faz uma gramática? *In*: NEVES, Maria Helena de Moura; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina (org.). **Gramáticas contemporâneas do português: com a palavra, os autores**. São Paulo: Parábola Editorial, 2014. p. 19-30.
- BENVENISTE, Émile. A forma e o sentido na linguagem. *In*: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes Editores, 2023. p. 219-240.
- BENVENISTE, Émile. Da subjetividade na linguagem. *In*: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. Campinas: Pontes Editores, 2020. p. 281-289.
- BERNARDES, Ana Cristina de Aguiar. **Pontuando alguns intervalos da pontuação**. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Campinas, Campinas, 2002. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/262265>. Acesso em: 19 maio 2023.
- CAMARA, Tania Maria Nunes de Lima. **Pontuação: perspectivas e ensino**. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://www.bdttd.uerj.br:8443/handle/1/6182#preview-link0>. Acesso em: 1 abr. 2023.
- CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. **História da leitura no mundo ocidental**. São Paulo: Editora Ática, 1998. v. 1.
- CHACON, Lourenço. **Ritmo da escrita: uma organização do heterogêneo da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- CHITTOLINA, Raphaela Machado Monteiro. Laços da pontuação: escritor e leitor em um mesmo sinal. **ReVEL**, [s. l.], v. 18, n. 34, 2020. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/c4e58ada6c75ad99241a34682bc2fa27.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2023.
- COSTA, Maria Rosa. **A pontuação**. Porto: Ed. Porto, 1994.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016.
- DAHLET, Véronique. A pontuação e as culturas da escrita. **Filologia e linguística portuguesa**, São Paulo, n. 8, p. 287-314, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59757>. Acesso em: 25 jul. 2023.

DAHLET, Véronique. A pontuação e sua metalinguagem gramatical. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 29-41, jun. 2002. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/2330>. Acesso em: 25 jul. 2023.

ENDRUWEIT, Magali Lopes. **Repensando a escrita**. Jundiaí: Paco Editorial, 2022.

FERREIRO, Emilia. La revolución informática y los procesos de lectura y escritura. **Estudios Avanzados**, São Paulo, v. 11, n. 39, p. 277-285, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/FMCnnfqTdLht9yyPh5KCYVd/?format=pdf&lang=es>. Acesso em: 22 maio 2023.

FARACO, Carlos Alberto. A questão gramatical e o ensino do português. *In*: FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. p. 131-163.

FARACO, Carlos Alberto; ZILLES, Ana Maria. Norma: descrição e prescrição. *In*: FARACO, Carlos Alberto; ZILLES, Ana Maria. **Para conhecer norma linguística**. São Paulo: Contexto, 2017. p. 77-122.

FISCHER, Steven Roger. **História da escrita**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

FISCHER, Steven Roger. **História da leitura**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

FRANCHI, Carlos. Mas o que é mesmo “gramática”? *In*: FRANCHI, Carlos; NEGRÃO, Esmeralda Vailati; MÜLLER, Ana Lúcia. **Mas o que é mesmo “gramática”?** São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 11-33.

GARGIONI, Paola Venzon. Monges irlandeses teriam sido responsáveis pelos espaços entre as palavras. **Mega curioso**, [s. l.], 21 jun. 2018. Disponível em: <https://www.megacurioso.com.br/educacao/107758-monges-irlandeses-teriam-sido-responsaveis-pelos-espacos-entre-as-palavras.htm>. Acesso em: 23 jun. 2023.

HIGOUNET, Charles. **História concisa da escrita**. São Paulo: Parábola, 2003.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **Entrenotas: compreensões de pesquisa**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

JUNKES, Terezinha Kuhn. **Trajectoria da pontuação: da frase ao interdiscurso**. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/76236>. Acesso em: 19 maio 2023.

LEITE, Marli Quadros. A nova gramática do português contemporâneo: tradição e modernidade. **Filologia e linguística portuguesa**, São Paulo, n. 8, p. 23-50, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59744>. Acesso em: 7 jul. 2013.

LEITE, Marli Quadros. **O nascimento da gramática portuguesa: uso & norma**. São Paulo: Paulistana; Humanitas, 2007.

LEITE, Marli Quadros. Tradição, invenção e inovação em gramáticas da língua portuguesa – séculos XX e XXI. *In*: NEVES, Maria Helena de Moura; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina. (org.). **Gramáticas contemporâneas do português: com a palavra, os autores**. São Paulo: Parábola Editorial, 2014. p. 115-133.

LEMOINE, Gennie. Entrevista concedida a François Dosse. *In*: DOSSE, François. **História do estruturalismo: o campo do signo, 1945-1966**. São Paulo: Editora Unesp, 2018. v. 1, p. 157.

LUFT, Celso Pedro. **Moderna gramática brasileira**. 6. ed. Porto Alegre; Rio de Janeiro: Globo, 1985.

LUKEMAN, Noah. **A arte da pontuação**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. **A pontuação em manuscritos medievais portugueses**. Salvador: EDUFBA, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ufba/159>. Acesso em: 19 maio 2023.

MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia da Letras, 1997.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática: história, teoria e análise, ensino**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

PASSOS, Alexandre. **Arte de pontuar: notações sintáticas**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1943.

PERINI, Mário A. Introdução: gramática e linguística. *In*: PERINI, Mário A. **Princípios de linguística descritiva: introdução ao pensamento gramatical**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 17-24.

ROCHA, Iúta Lerche Vieira. O sistema de pontuação na escrita ocidental: uma retrospectiva. **DELTA**, São Paulo, v. 13, n. 1, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/x9BCkcRYFdp3jTYjzf5mmQk/?lang=pt>. Acesso em: 17 maio 2023.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2012.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. **Tradição gramatical e gramática tradicional**. São Paulo: Contexto, 2000.

SIQUEIRA, Cíntia Cardoso de. **A formulação teórica da Moderna gramática portuguesa, de Evanildo Bechara, vista pela perspectiva da história das ideias**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-24052018-110618/en.php>. Acesso em: 9 jul. 2023.

SMITH, Marisa Magnus. Pontuação: uma história a recuperar. *In*: OLIVEIRA, Avani de; REBELLO, Lúcia Sá; FLORES, Valdir do Nascimento; MEIRA, Maria Cristina (org.). **A redação no contexto do vestibular 2006: níveis de avaliação de textos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 89-102.

SMITH, Marisa Magnus. **Pontuação**: uma questão de leitura. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1991.

SMITH, Marisa Magnus. **Por uma gramática da pontuação**: um estudo dos sinais de pontuação em textos referenciais opinativos. Tese (Doutorado em Linguística) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

VIEIRA, Francisco Eduardo. **A gramática tradicional**: história crítica. São Paulo: Editora Parábola, 2018.